

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **Enerpeixe S.A.** ("Companhia" ou Enerpeixe"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

A Companhia, consciente de sua responsabilidade sócio-ambiental, em 2012 deu continuidade aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

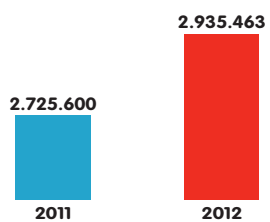
Na procura contínua da excelência, a Companhia no ano de 2012 foi recertificada no seu processo de operação e manutenção a ISO NBR 14001, na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

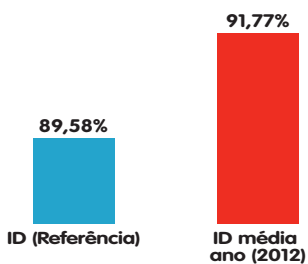
1. Desempenho Operacional

A Companhia opera e mantém a UHE Peixe Angical, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2012, foi atingido o recorde de geração dos anos de 2006 a 2011 com 2.935.463,4 MWh, aproximadamente 19,14% acima da energia assegurada anual de 2.463.912 MWh. A Usina apresentou um índice de disponibilidade médio anual de 91,77%, fechando o mês de dezembro com uma disponibilidade de 93,10%, bem acima do Índice de Disponibilidade (ID) de referência, que é 89,58%.

Produção de Energia (MWh)



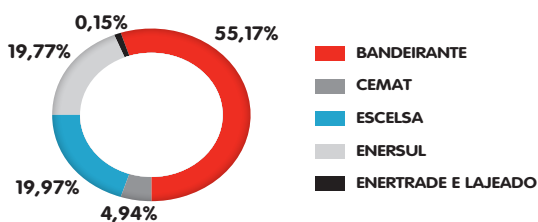
Índice de Disponibilidade



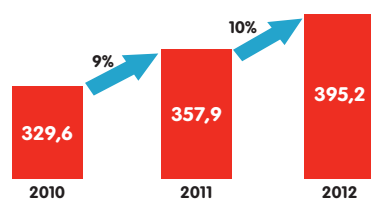
2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Receita Operacional Líquida

Composição da Receita (Suprimento de Energia Elétrica)



Receita Líquida (R\$ milhões)

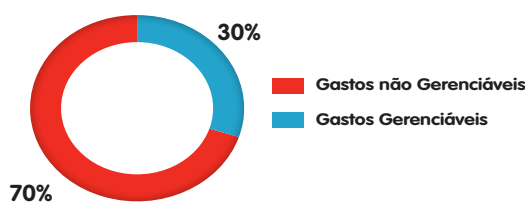


No acumulado do ano, a receita operacional líquida atingiu R\$ 395,2 milhões e apresentou aumento de 10,4%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida no ano foram:

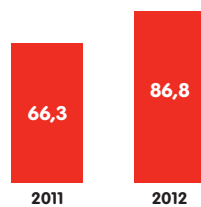
- O volume de energia vendida pela Companhia em 2012 alcançou 2.389.648 MWh, com aumento de 1% em relação a 2011.
- Aumento de R\$ 14 milhões em Energia Elétrica de Curto Prazo devido ao aumento do preço de venda da sobra de energia gerada, decorrente do aumento do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em 2012 (média de R\$ 130,52/MW) comparado a 2011 (média de R\$ 29,63/MW).

2.2. Gastos Operacionais (não inclui depreciação e amortização)

Composição dos Gastos Operacionais



Gastos Operacionais



Os gastos operacionais, desconsiderando depreciações e amortizações, totalizaram R\$ 87 milhões em 2012, que representa um aumento de 31% sobre o mesmo período do ano anterior.

2.2.1 Gastos Não Gerenciáveis

Os gastos não gerenciáveis estão relacionados à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL que, em conjunto, somaram R\$ 63,7 milhões, com incremento de 46% em 2012, com relação ao ano anterior.

Gastos Não Gerenciáveis (R\$ milhões)	2011	2012	Δ	Δ%
Comp. Financ. Utilização Rec. Hídricos (CFURH)	12,6	14,4	1,9	15%
Taxa de Fiscalização	0,9	1	0,1	8%
Energia Elétrica comprada para revenda no Curto Prazo	0,3	15,3	15	-
Energia Elétrica comprada para revenda	0,7	0,3	(0,4)	-56%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	29,1	32,7	3,5	12%
Total	43,6	63,7	20,1	46%

• A energia elétrica comprada para revenda no Curto Prazo totalizou R\$ 15,3 milhões.

• Os encargos de uso da Rede Elétrica apresentaram aumento de 12% no ano de 2012, quando comparado a 2011. Esse aumento decorrente do Contrato do Uso do Sistema de Transmissão reajustado pelo IGP-M e o acréscimo das transmissoras no SIN (Sistema Interligado Nacional).

• A compensação financeira teve um acréscimo de 15% em 2012, em razão do crescimento da geração realizada no 1º trimestre de 2012 (+7% em relação ao 1º trimestre de 2011, alcançando 632.308,14 MWh).

2.2.2 Gastos Gerenciáveis

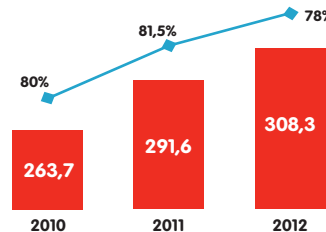
Os gastos gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 23 milhões, com aumento de 4% de 2012 para 2011, enquanto a inflação acumulada ficou em 7,82% (IGP-M) e 5,84% (IPCA). Estes gastos estão relacionados às despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, provisões e outros.

Gastos Gerenciáveis (R\$ milhões)	2011	2012	Δ	Δ%
Pessoal	5,2	7,9	2,7	51%
Material	0,6	1,6	1	164%
Serviços	14,1	11,2	(2,9)	-20%
Outros/Contingências/PDD	2,2	2,3	0,1	7%
Total	22,1	23	0,9	4%

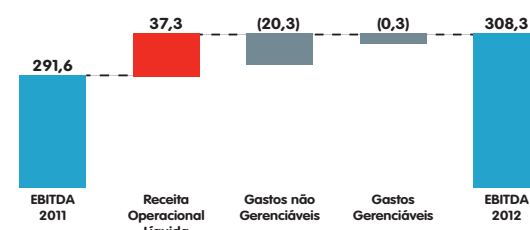
2.3. EBITDA

Em 2012, o EBITDA atingiu R\$ 308,3 milhões, aumento de 6% em relação ao ano passado, principalmente em decorrência do aumento da Receita Operacional Líquida.

EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)



Formação do EBITDA (R\$ milhões)



2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido em 2012 foi negativo, totalizando R\$ 51,9 milhões, 19% inferior a 2011. O Resultado Financeiro foi composto por:

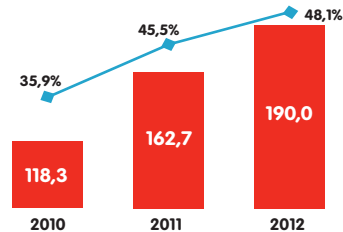
- Receita Financeira em 2012 R\$ 16,3 milhões, 0,5% abaixo em relação a 2011;
- Despesa Financeira em 2012 R\$ 68,2 milhões, 15% abaixo em relação a 2011.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2011	2012	Δ	Δ%
Receita Financeira	16.421	16.343	(78)	-
• Rendas	16.079	15.783	(296)	-2%
• Outras Receitas	342	560	218	64%
Despesas Financeiras	(80.255)	(68.237)	12.018	-15%
• Encargos de dívidas	(53.087)	(40.861)	12.226	-23%
• Variações Monetárias Moeda Nacional	(153)	32	185	-121%
• Atualização Monetária UBP	(27.730)	(27.004)	726	-3%
• Ajustes a Valor Presente	1.719	446	(1.273)	-74%
• Outras Despesas Financeiras	(1.004)	(850)	154	-15%
Total	(63.834)	(51.894)	11.940	-19%

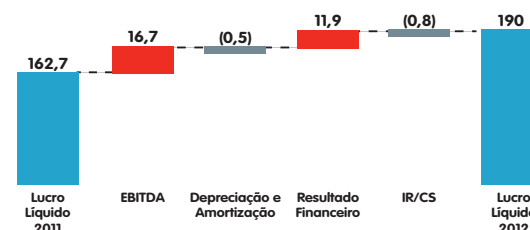
2.5. Lucro Líquido

O Lucro Líquido do exercício de 2012 totalizou R\$ 190 milhões, 17% superior ao exercício de 2011. Além dos efeitos demonstrados no EBITDA, o lucro também foi impactado pelos efeitos do Resultado Financeiro e pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



Formação do Lucro Líquido (R\$ milhões)



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Reporting Standards - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

d) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

f) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g) Licenças ambientais (Notas 11 e 17)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

h) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica, de encargos de uso da rede elétrica e negociação de compra na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

l) Provisões (Nota 17)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 24)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui plano de benefícios a empregados do tipo Contribuição definida. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Uso do bem público (Nota 15)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

q) Capital social (Nota 19)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Dividendos (Nota 20)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

t) Reconhecimento de receita**• Receita operacional**

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento dos contratos de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, juros sobre créditos fiscais recuperáveis e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

u) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

v) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o

período presente como períodos futuros.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, civis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

w) Instrumentos financeiros (Nota 25)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas**2.3.1 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)**

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data da sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, alterada em outubro de 2010 e com vigência a partir de 2015, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo desta norma está relacionado com a classificação e mensuração de passivos financeiros, e refere-se à contabilização através do resultado das variações no valor justo de um passivo financeiro, atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. O registro anteriormente previsto pela IAS 39/CPC 38, seria o reconhecimento no resultado do total da variação no valor justo do passivo financeiro (classificado ao valor justo através do resultado).

Para estes passivos financeiros, a norma ajustou para que o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo seja reconhecido em Outros Resultados Abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumento o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado.

A Administração da Companhia entende que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações financeiras trará um efeito relevante sobre os saldos reportados, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

2.3.3 Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no ano de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013**CPC 46 Mensuração do valor justo (IFRS 13)**

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13.

A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

2.3.4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia**CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)**

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade.

Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de pagamento de dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e equivalência patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R1), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.4 Reclassificações nos períodos anteriores

2.4.1 Balanço patrimonial

Para melhor apresentação foram feitas as seguintes reclassificações:

- no montante de R\$ 43.915, anteriormente registrados no Ativo circulante na rubrica de Cauções e depósitos vinculados para a mesma rubrica no Não circulante;
- no montante de R\$ 518, anteriormente apresentados no Ativo na rubrica de Outros créditos para a rubrica de Estoques;
- no montante de R\$ 1.147, anteriormente apresentados no Passivo na rubrica de Partes relacionadas para a rubrica de Fornecedores; e
- no montante de R\$ 42.708, anteriormente apresentados no Passivo na rubrica de Impostos e contribuições sociais diferidos, agora apresentado em base líquida no Ativo na rubrica de Impostos e contribuições sociais diferidos.

2.4.2 Demonstrações dos fluxos de caixa

Para melhor apresentação foram feitas as seguintes reclassificações:

- no montante de R\$ 3.312, da rubrica de Imposto de renda e contribuição social pagos, para as rubricas de Depreciações e amortizações (R\$ 2.075) e Impostos e contribuições sociais - atualização monetária (R\$ 231) nos Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais, e para a rubrica de Impostos e contribuições sociais compensáveis (R\$ 1.006) nos Ativos operacionais;
- no montante de R\$ 17.491, da rubrica de Encargos regulamentares e setoriais nos Passivos operacionais para a rubrica de Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária nos Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais;
- no montante de R\$ 5.351 da rubrica de Cauções e depósitos vinculados dentro de Ativos operacionais para a rubrica de Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária nos Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais;
- no montante de R\$ 56 da rubrica de Outros ativos operacionais para a rubrica de Estoques nos Ativos operacionais; e
- no montante de R\$ 3.000 da rubrica de Fornecedores para a rubrica de Outros tributos e contribuições sociais nos Passivos operacionais.

2.4.3 Demonstrações do valor adicionado

Para melhor apresentação e adequação ao CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado foram feitas as seguintes reclassificações:

- no montante de R\$ 5.149, anteriormente classificado na rubrica de Impostos - Federais, para as rubricas de Custo da energia comprada (R\$ 100), Encargos de uso da rede elétrica (R\$ 2.969), Outros (R\$ 20) nos Insumos adquiridos de terceiros, e na rubrica de Depreciação (R\$ 2.060) nas Retenções;
- no montante de R\$ 5.727, anteriormente classificado na rubrica de Material (R\$ 1.806), Serviços de terceiros (R\$ 1.225) e Outros (R\$ 1.961) nos Insumos adquiridos de terceiros, na rubrica de Depreciação (R\$ 13) nas Retenções, e na rubrica de Pessoal (R\$ 722), para a rubrica de Receita relativa à construção de ativos próprios na Geração do valor adicionado; e
- no montante de R\$ 151, anteriormente classificado na rubrica de Outros custos operacionais nos Insumos adquiridos de terceiros, para as rubricas de Pessoal (R\$ 1), Impostos, taxas e contribuições (R\$ 13) e Remuneração de capitais de terceiros - Juros (R\$ 137).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	13.926	1.646
Aplicações financeiras - CDI	104.697	153.468
Total	118.623	155.114

7 Partes relacionadas

Contraparte	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em	Receitas (despesas) no exercício					
					Ativo		Passivo			
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Concessionárias										
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/2/2006 a 31/1/2016	187,23	19.530	18.707			152.838	141.706
	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/2/2006 a 31/1/2016	174,77	6.799	6.817			56.123	53.260
Escelsa	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/1/2016	182,82	9.540	9.944			75.646	70.125
EDP Comercializadora	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/1/2016		51				412	
					35.920	35.468	-	-	285.019	265.091
Partes relacionadas										
Bandeirante	(1)	01/01/2007	Não existe data para liquidação do saldo				162	162		
Bandeirante	(2)	01/07/2007	Não existe data para liquidação do saldo				475	475		
					-	-	637	637	-	-
Fornecedores										
Energest	Serviços de consultoria ambiental						31	31	(342)	(339)
Furnas	Encargos de uso da rede						536	545	(4.459)	(4.039)
Furnas	Serviço de operação e manutenção da usina							570	(1.256)	(5.038)
					-	-	567	1.146	(6.057)	(9.416)
					35.920	35.468	1.204	1.783	278.962	255.675

(1) Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado.

(2) Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxas que variam entre 98% e 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

Concessionárias

	Saldos a vencer	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	47.907		47.907	47.218
Energia de curto prazo				875
Total circulante	47.907	-	47.907	48.093
Não circulante				
Energia de curto prazo	836	(836)		
Total não circulante	836	(836)	-	-

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, com vencimentos em até 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	2.460			404	7.894 (7.894)	2.864
PIS e COFINS		3				3
IRRF sobre aplicações financeiras				3.486 (3.486)		
Total	2.460	3	404	11.380 (11.380)		2.867
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	11.739	22.289		(11.438) (11.380)		11.210
ICMS sobre diferencial de alíquota	97	101		(185)		13
ICMS		4		(4)		
PIS e COFINS	2.879	33.614		(34.260)		2.233
ISS	28	366		(365)		29
PIS, COFINS e CSLL - sobre serviços prestados por terceiros	195	619		(642)		172
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	8	157		(176)		(11)
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.800	11.115		(7.800)		11.115
Outros	18	2.272		(2.177)		113
Total	22.764	70.537	-	(57.047) (11.380)		24.874

5.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20). No exercício de 2012 foi retido o montante de R\$ 11.115.

Impostos e contribuições sociais diferidos

Base de cálculo	Ativo não circulante			Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	
Natureza dos créditos					
Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	836	209	75	284	284
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	580	145	52	197	197
Total diferenças temporárias	354	127	481	481	- 481
Diferenças temporárias - RTT					
Licenças ambientais - CPC 25	(1.365)	(341)	(123)	(464)	(312) (152) (312)
Uso do bem público - CPC 25	101.848	25.462	9.167	34.629	29.299 5.330 5.495
Total diferenças temporárias - RTT	25.121	9.044	34.165	28.987	5.178 5.183
Total Ativos/Passivos Diferidos	25.475	9.171	34.646	29.468	5.178 5.664

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2020	2021 a 2022	Realização após 2022	Não circulante
890	1.354	1.354	1.354	1.354	1.354	4.062	2.708	21.570	34.646

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Os valores a partir de 2022 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Remuneração dos administradores**8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.**

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2012:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de**2012:**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
2012			
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)	98.191	1.202.803	1.300.994
Salário ou pró-labore	81.826	998.780	1.080.606
Encargos sociais	16.365	204.023	220.388
Valor total da remuneração, por órgão	98.191	1.202.803	1.300.994

8.1.2 Remuneração média do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2012:

2012	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	3.400	35.700
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	3.400	26.250
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	3.400	30.975

Obs.: dos 5 Conselheiros de administração da Companhia, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 9 de abril de 2012, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 1.995, para o período de abril de 2012 a março de 2013.

9 Cauções e depósitos vinculados

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Depósitos judiciais			53	53
Cauções e depósitos vinculados	11.502	1.354	42.256	43.862
Total	11.502	1.354	42.309	43.915

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 13 e das operações de energia de curto prazo na CCEE.

10 Imobilizado

	<u>31/12/2012</u>				<u>31/12/2011</u>			
	<u>Taxa anuais médias de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa anuais médias de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		13.023		13.023		13.023		13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	2,01	857.505	(106.218)	751.287	2,00	856.247	(89.074)	767.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,27	259.641	(35.002)	224.639	2,12	259.841	(29.607)	230.234
Máquinas e equipamentos	3,67	745.395	(140.542)	604.853	2,99	744.546	(117.332)	627.214
Veículos	14,15	1.442	(1.048)	394	19,29	1.476	(1.080)	396
Móveis e utensílios	8,68	898	(252)	646	9,86	838	(186)	652
		1.877.904	(283.062)	1.594.842		1.875.971	(237.279)	1.638.692
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,34	13	(3)	10	6,70	9	(3)	6
Veículos	14,29	136	(85)	51	20,00	136	(66)	70
Móveis e utensílios	10,55	355	(155)	200	9,95	359	(121)	238
		504	(243)	261		504	(190)	314
Total do imobilizado em serviço		1.878.408	(283.305)	1.595.103		1.876.475	(237.469)	1.639.006
Imobilizado em curso								
Geração		25.803		25.803		24.801		24.801
Total do imobilizado em curso		25.803	-	25.803		24.801	-	24.801
Total imobilizado		1.904.211	(283.305)	1.620.906		1.901.276	(237.469)	1.663.807

De acordo com a Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	<u>Valor líquido em 31/12/2011</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Transferência para imobilizado em serviço</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2012</u>
Imobilizado em serviço						
Terrenos	13.023					13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	767.173		1.258	(17.144)		751.287
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.234			(5.429)	(166)	224.639
Máquinas e equipamentos	627.220		854	(23.210)		604.864
Veículos	466		106	(126)	(2)	444
Móveis e utensílios	890		86	(112)	(18)	846
Total do imobilizado em serviço	1.639.006	-	2.304	(46.021)	(186)	1.595.103
Imobilizado em curso	24.801	3.306	(2.304)			25.803
Total do imobilizado	1.663.807	3.306	-	(46.021)	(186)	1.620.906

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização ou de que não seja recuperável por meio dos resultados obtidos de sua realização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

11 Intangível

	<u>31/12/2012</u>				<u>31/12/2011</u>			
	<u>Taxa anuais médias de amortização %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa anuais médias de amortização %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	714	(483)	231	19,99	594	(437)	157
Servidão permanente		268		268		268		268
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	2.747	(1.297)	1.450	16,67	2.747	(839)	1.908
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(32.684)	118.739	3,28	151.423	(27.720)	123.703
		155.152	(34.464)	120.688		155.032	(28.996)	126.036
Administração								
Software	20,00	198	(196)	2	20,00	198	(189)	9
		198	(196)	2		198	(189)	9
Total do Intangível em Serviço		155.350	(34.660)	120.690		155.230	(29.185)	126.045
Intangível em curso		69		69		34		34
Total intangível		155.419	(34.660)	120.759		155.264	(29.185)	126.079

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	<u>Valor líquido em 31/12/2011</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Transferência para Intangível em serviço</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2012</u>
Intangível em serviço					
Software	166			121	234
Servidão permanente	268				268
Direito de concessão - Licenças ambientais	1.908			(458)	1.450
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	123.703			(4.965)	118.738
Intangível em curso	34	156	(121)		69
Total intangível	126.079	156	-	(5.476)	120.759

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos, com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

12 Fornecedores

	<u>Circulante</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento de energia elétrica	130	133
Encargos de uso da rede elétrica	3.708	3.750
Operações CCEE	16.873	
Materiais e serviços	1.082	1.182
Total	21.793	5.065

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição dos empréstimos

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012				31/12/2011			
									Encargos	Principal	Não Circulante	Total	Encargos	Principal	Não Circulante	Total
BNDDES	335.000	21/05/2004	335.000	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	677	56.454	117.611	174.742	1.025	56.454	174.064	231.543
Banco Itaú	100.500	21/05/2004	100.500	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	206	17.220	35.875	53.301	313	17.220	53.096	70.629
Bradesco	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	172	14.350	29.896	44.418	261	14.350	44.246	58.857
Unibanco	67.000	21/05/2004	67.000	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	138	11.480	23.917	35.535	208	11.480	35.397	47.085
Banco do Brasil	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	172	14.350	29.896	44.418	261	14.350	44.245	58.856
									1.365	113.854	237.195	352.414	2.068	113.854	351.048	466.970

(1) Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical

(2) i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.

a) Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):

	Total
Circulante	
2013	115.219
	115.219
Não Circulante	
2014	113.854
2015	113.854
2016	9.487
	237.195
Total	352.414

b) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;

- Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:

- Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e
- As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.

- Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;

- Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;

- Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento.

c) Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	115.922	(113.854)	(41.492)	40.790	113.853	115.219
	115.922	(113.854)	(41.492)	40.790	113.853	115.219
Não circulante						
Empréstimos e Financiamentos	351.048	-	-	-	(113.853)	237.195
	351.048				(113.853)	237.195

14 Encargos regulamentares e setoriais:

	Saldo em 31/12/2011	Atualização monetária	Adições	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.658	14.443	-	(14.138)	-	2.963
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.875	3.952	45	(2.359)	(1.231)	9.282
Taxa de fiscalização - ANEEL	78	1.011	-	(1.004)	-	85
Total	11.611	19.406	45	(17.501)	(1.231)	12.330
Circulante	11.611	-	-	-	-	12.330
Total	11.611					12.330

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

15 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Peixe Angical, pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento.

Este Intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente a uma taxa de desconto de 6% ao ano.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.550	193.325
Ajuste a valor presente	-	(446)
Encargos e atualizações monetárias	-	27.004
Amortizações	(15.846)	-
Transferência para o circulante	17.355	(17.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.059	202.528

16 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	751	256
INSS e FGTS	169	254
Total	920	510

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

17 Provisões

	Circulante	Não circulante
	31/12/2012	31/12/2011
Provisões trabalhistas		580
Licenças ambientais	85	529
Total	85	580

17.1 Provisões trabalhistas**17.1.1 Risco de perda provável**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

17.1.2 Risco de perda possível em ações cíveis, trabalhistas e administrativas

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial (Nota 9)			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas		12		
Cíveis	296	296	32	32
Administrativas	3.741	3.741		
Total	4.037	4.049	32	32

17.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$21 (R\$21 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 9).

17.2 Licenças ambientais

O montante de R\$85 em 31 de dezembro de 2012 (R\$991 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Peixe Angical, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida

A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar a EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. A implantação ocorreu em Março de 2010.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$ 170.

Esse plano tem a adesão de 38 colaboradores.

19 Patrimônio líquido**19.1 Capital social**

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

Acionistas	31/12/2012		
	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051
	833.252.089	100%	882.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Reservas

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
	18.546	18.546
Reservas de lucros		
Reserva legal	40.777	31.278
Retenção de lucros	242.802	284.223
Incentivos fiscais	124.376	96.578
	407.955	412.079
Total	426.501	430.625

19.2.1 Reservas de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

19.2.2 Reserva de retenção de lucros

Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de Lucros ou Investimentos, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas no contrato de financiamento com o BNDDES.

20 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011
EDP - Energias do Brasil S.A.	37.791	26.520
Furnas Centrais Elétricas S.A.	25.194	17.680
Total	62.985	44.200

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)		Cenário (III)	Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%			
Ativos financeiros											
Aplicações Financeiras	CDI	(49)		(49)	718		1.432		(738)		(1.487)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	(54)	982	928	3.186		6.320		(3.239)		(6.535)
Instrumentos financeiros ativos											
Passivos financeiros											
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP		(791)	(791)	7.133		14.184		(7.216)		(14.518)
Instrumentos financeiros passivos											
As curvas futuras dos indicadores econômico-financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.											
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,25% e 8,70% e TJLP entre 5,00% e 5,50%.											

25.4 Risco de liquidez

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 9). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias**26.1 Compromissos contratuais**

Nota	31/12/2012				Acima de 5 anos
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	13	352.414	115.219	227.708	9.487
Responsabilidades com locações operacionais		3.151	1.387	1.569	195
Uso do bem público	15	220.587	18.059	30.270	26.940
Licenças ambientais	17	85	85		
		576.237	134.750	259.547	36.622
				36.622	145.318

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa Conselheiro
--	---	---	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Julio Galvão de Araújo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Cesare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Leonardo Nery dos Santos Contador CRC1SP261342/O-2
---	--	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Enerpeixe S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2012, o

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

26.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Depósito Cauconado	53.758	45.216
Fiança Bancária	6.241	6.085
Fiança Corporativa	352.414	466.970
Penhor de Ações	529.577	529.577
Penhor de Direitos	352.414	466.970
	1.294.404	1.514.818

Depósito caucionado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento.

O saldo do Depósito caucionado, em sua totalidade, refere-se à garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se à locação de imóvel e contratos da ONS.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A..

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

Subestações	18.700
Usinas	954.262
Responsabilidade civil	10.000

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 4.451, sendo R\$ 2.547 relativos à terrenos, serviço de apoio e desenvolvimento social, e R\$ 1.904 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(d), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.